

Ulysses diz que as ruas indicam 4 anos para Sarney

São Paulo — Murilo Menon

SÃO PAULO — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reconheceu, ao desembarcar no Aeroporto de Cumbica, após viagem de dez dias aos Estados Unidos, que nesse período ganhou corpo a proposta de dar ao presidente José Sarney quatro anos de mandato.

"As ruas têm indicado que o melhor é um mandato de quatro anos, e a política tem que caminhar junto com as ruas", disse Ulysses. Ele fez a ressalva de que as definições sobre a duração do mandato e o sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo — só podem ser adotadas pela Constituinte.

Históricos — Ulysses garantiu que não participará da reunião dos históricos do PMDB, dia 9 em Brasília, cujo objetivo é debater a Constituinte e lançar já o candidato do partido à sucessão do presidente José Sarney. "Não tenho participado de reunião de nenhum grupo formado ao sabor dos acontecimentos e das circunstâncias do processo constituinte. De maneira que não tomei nenhuma decisão sobre esse encontro."

Ao avaliar o desempenho da Constituinte, o deputado reconheceu que ela tem gerado várias indefinições que perturbam a vida nacional, e que por isso pretende acelerar os trabalhos. "A Constituinte não pode ser um problema e sim uma solução", disse, acrescentando que, no final, a nova Constituição só trará "melhorias para o país".

Ele acha que mais ou menos 80% do que a Comissão de Sistematização aprovou serão votados sem grandes dificuldades. O restante, na opinião dele, não demandará muito tempo. Acha até que o Centrão não criará muitos problemas.

Candidatura — Sobre a declaração de que não era bom de voto, atribuída a Franco Montoro, Ulysses disse, rindo, que o ex-governador de São Paulo não diria nada que pudesse deixá-lo em situação "pouco confortável". E voltou ao tempo em que foi eleito para o diretório acadêmico da faculdade de direito XI de Agosto: "Desde o XI de Agosto tenho ganho todas as eleições de que participo e, na última, arrastei quase 60 milhões de votos."

Apesar da confiança em seus eleitores, ele não se considera o candidato natural do PMDB à Presidência da República. "Este é um assunto que só poderá ser discutido depois da Constituinte, e tenho certeza de que o indicado terá apoio de todo o partido."

Por fim, Ulysses se declarou contra a convocação de uma convocação extraordinária do PMDB.

□ O senador José Richa, do PMDB do Paraná, disse que a partir de hoje, quando estará em Brasília, começará a se encontrar com políticos de seu partido para preparar a reunião dos históricos, no sábado, a fim de "encontrar fórmulas para que se garanta a realização de eleições presidenciais neste ano". Richa disse que o PMDB deve se preocupar também em apressar os trabalhos da Constituinte. Só depois disso é que a campanha chegará às ruas, segundo o senador, e, "antes disso, falar em nomes é pura especulação". José Richa acha que os governadores e outros líderes do PMDB estão realizando um processo importante de discussões, que é apoiado pelas bases partidárias.

Resistências a Mailson diminuem

BRASÍLIA — O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, deverá ser confirmado até o final da semana como titular da pasta abandonada há dezessete dias pelo ex-ministro Bresser Pereira. O recesso de fim de ano serviu para diminuir divergências sobre a indicação, que num primeiro momento prosperaram entre os ministros mais influentes no governo Sarney.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que a princípio defendia a escolha do ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, juntou-se ao grupo ministerial de apoio a Nóbrega entre o Natal e o Ano Novo. Antônio Carlos se impressionou com o depoimento de alguns ministros sobre a reação do presidente à entrevista que o secretário-geral concedeu à imprensa na última semana do ano, para explicar o pacote fiscal. Foi uma entrevista excelente, disse Sarney aos ministros que estavam em Brasília no dia 21.

A indicação de Mailson da Nóbrega vinha sendo sustentada pelos ministros da Administração, Aloísio Alves, do SNI, Ivan de Souza Mendes, e da Habitação, Prisco Viana, e do governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira.

A linha de raciocínio dos defensores da indicação é de que ninguém conhece bem a economia do país, a ponto de administrá-la sem interrupções traumáticas, como o secretário-geral do Ministério da Fazenda.

Foi através de um deputado da bancada que Nóbrega fez chegar ao presidente a informação de que não pretende permanecer no cargo para servir a ministros desinformados sobre a realidade econômica do país. "Será um peso demasiadamente excessivo para um secretário-geral", ponderou Nóbrega, no recado passado ao presidente.

Desfeita a resistência de assessores do Gabinete Civil, que alegavam falta de trânsito do secretário na comunidade financeira internacional, Nóbrega enfrentou ainda o empresariado paulista, que se mobilizou em favor dos nomes dos empresários Paulo Cunha e Otávio Setúbal.

O ministro chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, reconheceu ontem que não existem complicações políticas graves para que a indicação seja feita ainda esta semana. Parlamentares com trânsito junto ao presidente garantem que, embora a indicação de Mailson da Nóbrega pareça reunir muitas preferências, ainda não devem ser descartados os nomes de Costa Couto e do governador do Ceará, Tasso Jereissati.



Bem disposto, Ulysses disse que "a política tem que caminhar junto com as ruas"



D. Marly e Sarney: adeus aos jornalistas no Calhau

Presidente agora tem plano

SÃO LUIZ — Quase três anos depois de estar no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney tem um plano de governo. Ao voltar da ilha de Curupu e instalar-se em sua casa de praia do Calhau, ele contou que o grande problema, quando assumiu a Presidência da República em 1985, era a falta de um programa administrativo, pois contava apenas com o roteiro da Aliança Democrática. Agora, tem um orçamento unificado, que lhe dará uma visão das contas públicas "de forma integral e transparente", disse ele.

"Finalmente", acrescentou, "temos um plano de ação governamental, um plano macroeconômico, e vamos iniciar o ano com inteira transparência nas contas públicas". O presidente, que fez essa declaração no portão da casa, ao lado de D. Marly, está convencido de que, com este instrumental, poderá traçar uma linha de governo, e não se preocupa com a possibilidade de escolha de seu sucessor este ano. Na verdade, está cheio de expectativas para 1988.

Ele disse que pela primeira vez está em condições de balizar melhor as ações do governo. E explicou: "O primeiro ano, tivemos que compor o quadro institucional do país. Logo depois, saímos da ortodoxia econômica e não tivemos o sucesso esperado com o Plano Cruzado. Tentamos fazer uma mudança profunda do país e tivemos uma esquerda retrógrada e uma direita reacionária. E não fomos felizes na formulação do Cruzado Dois". Na opinião de Sarney, as elites queriam uma política de terra arrasada.

Chateado, ele disse que "não há nada pior que uma hipótese contrariada pelos fatos". Nesse instante, D. Marly interfez para dizer que isso não era "uma lamentação, mas uma realidade". Porém, superando o tom contrariado, o presidente afirmou que "um bom observador

Ministro adverte quem fica contra

SALVADOR — "Uma coisa é certa: o presidente Sarney está disposto a enfrentar aqueles que tentam contra o seu governo. E só esperar", avisou o ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao comentar as declarações do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), de que as prévias que indicarão o ministro Aureliano Chaves candidato do PFL à Presidência da República marcarão o rompimento definitivo do partido com o governo José Sarney.

Em Mar Grande, na ilha de Itaparica, onde descansa há quase duas semanas e tem entre seus vizinhos o governador

do Rio de Janeiro, Moreira Franco, Antônio Carlos concordou apenas com a primeira parte das declarações de Chiarelli — a de que Aureliano será indicado candidato.

Em relação à segunda parte, no entanto, o ministro reagiu com ironia. O rompimento do PFL com o governo Sarney, segundo ele, não passa de um sonho do senador gaúcho. "A última vez que ele (Chiarelli) mediu forças, o resultado foi de 115 a 10", disse lembrando a reunião da bancada e do diretório nacional do PFL, quando foi discutido o rompimento.

Marabá — Voltando de um repouso de 12 dias na ilha de Curupu, Sarney disse que os informes que o SNI lhe passou sobre o conflito entre garimpeiros e policiais em Marabá revelam que só morreram duas pessoas, e não cem. Ele esteve em permanente contato com o ministro Ivan de Sousa Mendes, por rádio, e disse que pedira ao chefe do SNI que o notificasse de qualquer anormalidade.

"A informação oficial que eu tenho é de que só morreram duas pessoas", afirmou o presidente, contrariando informação do representante do Ministério do Interior junto aos garimpeiros, Nelson Marabuto, que afirmou serem mais de cem os mortos. "O Ivan me informou que não houve isso, que as informações não são estas".

Queimado de sol, vestindo um blusão branco de poliéster e calçando tênis, o presidente recebeu bem-humorado os repórteres para uma conversa, logo após voltar de Curupu, ao meio-dia de ontem. Ele foi logo dizendo que até o final desta semana nomeará o novo ministro da Fazenda e que desse direito não abrirá mão para os partidos.

Em sua opinião, "não foi o melhor critério ouvir os partidos, como vinha fazendo até agora para escolher o ministro da Fazenda". Mas o presidente negou que venha sofrendo pressões para efetivar ou trocar o atual ministro da Fazenda. "Na ilha de Curupu, não foi possível me pressionarem", disse ele, contando que passou os últimos dias comendo peixes da região e tomando licor com os pescadores.

Lyra considera PMDB perdido

RECIFE — "Não é mais possível resgatar a imagem do PMDB", afirmou ontem o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), anunciando que vai à reunião dos históricos do partido, no próximo sábado, apenas para dizer isso, "pois na verdade o PMDB deixou de ser uma frente democrática para se transformar numa inchação". Contrário à convocação de uma convenção nacional pemedebista depois da Constituinte, "porque a que foi convocada anteriormente não decidiu coisa alguma", Lyra disse acreditar que a reunião dos históricos será muito mais o embrião de uma reformulação partidária do que um esforço do partido para recuperar sua imagem. "Coisa impossível, depois que 130 de seus parlamentares aderiram ao Centrão", acrescentou.

Segundo Lyra, o passado do PMDB é apenas uma referência porque o Brasil pós-Constituinte está exigindo uma "coisa nova", que lhe permita enfrentar seus principais problemas econômicos e sociais. E essa novidade a que ele se refere é uma agremiação de tendência centro-esquerdista cujos referenciais seriam o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o senador paulista Fernando Henrique Cardoso. Lyra disse que está torcendo para que Arraes e o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, se integrem ao movimento para a criação de um novo partido, tendo como base os históricos do PMDB.

Na sua opinião, a bancada pemedebista de Pernambuco tem um papel importante a desempenhar nesse processo de reorganização partidária, sobretudo se houver eleição presidencial em novembro deste ano. Nesse caso, seu candidato é o governador Miguel Arraes "pois nós de Pernambuco temos história, credibilidade e uma presença importante no cenário político-nacional", afirmou.

Constituição terá campanha

SÃO PAULO — Constituição já. Esta é a palavra de ordem que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o governador Orestes Quécia irão transmitir por telefone ou em contatos pessoais aos governadores e lideranças do partido de hoje em diante, numa "campanha" — como eles denominaram a articulação — para acelerar os trabalhos da Constituinte.

Ao mesmo tempo, o deputado Ulysses Guimarães tentará esvaziar a pauta da reunião dos históricos, restringindo-a à preocupação com a conclusão dos trabalhos da Constituinte, e evitando que parte do partido embarque, antes da promulgação da nova Carta, numa campanha pró-diretas em 1988 e se movimente, desde agora, para escolher o candidato pemedebista. Ontem mesmo, por telefone, Ulysses conversou com os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, dois dos articuladores do encontro dos históricos.

Ordem — Após reunião de uma hora, no início da noite, Ulysses e Quécia saíram com o mesmo discurso contrário ao encontro dos históricos. Os dois deixaram implícito que articulações desse tipo só servem para dividir o partido. O governador, mais irritado, afirmou: "Acho que há muitos grupos se reunindo

num momento em que nós temos mesmo é que unir o partido". Depois de alguma relutância, confessou que não pretende participar do encontro dos históricos.

De qualquer forma, tanto Ulysses quanto Quécia esperam convencer os governadores do PMDB e outras lideranças do partido que o momento não é para pensar em outra coisa que não a promulgação da Constituição. Eles pretendem propor a realização de reuniões regionais do partido, especialmente entre os governadores e as bancadas estaduais na Constituinte, na tentativa de convencer os parlamentares a concentrarem esforços para que a nova Carta seja aprovada até abril.

"A partir dessas conversas iniciais" — explicou Ulysses — "se houver necessidade, me prontifico a comparecer a uma reunião maior do partido para tratar deste assunto (Constituição já)". Enfático, o presidente nacional do PMDB recorreu até a São Tomé de Aquino — "Ordem quer dizer as coisas nos seus lugares" — para atacar a idéia dos históricos de antecipar as discussões internas em torno de candidaturas e de eleições presidenciais em 1988: "Seria uma desordem colocar este assunto em pauta, quando o momento é indevido".

Polícia Militar ajudará a dar segurança ao Congresso

BRASÍLIA — Pela primeira vez desde a decretação das medidas de emergência pelo então presidente João Figueiredo, em 84, às vésperas da votação da emenda que determina a realização de eleições diretas para presidente, o Legislativo terá a sua segurança externa feita por soldados ao seu próprio quadro: estranhos da Polícia Militar de Brasília.

Em 1984, por força das medidas de emergência, o Comando Militar do Palácio do Planalto invadiu o território do Congresso Nacional, proibindo a entrada e a saída de pessoas. Desta vez, a pedido do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um efetivo de 80 homens da tropa de elite da Polícia Militar do DF assumirá a incumbência de fazer a segurança externa do prédio do Congresso Nacional e seus estacionamentos.

Segundo o chefe da Segurança da Câmara, Fernando Paulucci, o reforço da Polícia Militar possibilitará que o efetivo de segurança da Câmara hoje envolvido com o trabalho externo seja deslocado para o trabalho interno. Dentro da Constituinte, portanto, passarão a trabalhar mais 16 agentes e 45 inspetores de segurança da Câmara, e os 50 seguranças que serão cedidos pelo Senado. Dedicarão especial atenção

às galerias — onde, no mês passado, na primeira votação de projeto do Centrão para a mudança do regimento, foram registrados grandes tumultos —, ao plenário e às áreas de circulação dos constituintes.

Segundo Paulucci, a Polícia Militar do Distrito Federal destacou 80 policiais considerados de elite, com fichas funcionais e pessoais limpas. A orientação dada a eles é a de que "repressão, só em último caso". Os policiais vão andar desarmados, e apenas se utilizarão de revólveres e cassetetes nos estacionamentos e jardins, onde têm ocorrido roubos de carros e tentativas de assalto.

A partir de hoje, voltam também a ser aplicadas no Congresso as normas de acesso baixadas pela Mesa Diretora, que tiveram como grande inspirador o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), segundo vice-presidente e corregedor da Constituinte. Só terão acesso às galerias os portadores de senha — e aos homens são exigidas a gravata e o paletó. As senhas serão distribuídas às lideranças partidárias, proporcionalmente ao número de suas bancadas. Ao Salão Verde — onde se localiza o plenário da Câmara — e ao cafézinho apenas terão acesso os constituintes, os jornalistas credenciados e os assessores credenciados pelas lideranças.